



Coletivo Ação Zumbi – Uma história de (re)existência e inspiração para uma educação antirracista e decolonial

Janaína Amorim da Silva¹

Resumo: A proposta dessa apresentação é refletir sobre a importância artística, histórica e política do Coletivo Ação Zumbi, um coletivo teatral negro que realiza performances artísticas multidimensionais, criado na Grande Florianópolis em 2003, a partir da idealização de três mulheres negras, mas que rapidamente se ampliou e hoje é composto por mais de trinta membros, de diferentes idades e identidades, rompendo fronteiras geográficas, epistemológicas e artísticas, na pretensão de transgredir com o projeto hegemônico de invisibilidade da presença e atuação das populações negras na grande Florianópolis. O Coletivo que evidencia um alinhamento aos pressupostos da decolonialidade do ser e do saber, foi precursor na promoção de uma educação antirracista não-formal conectada a educação formal no município de São José, tensionando o poder público a cumprir as legislações educacionais 10.639/03 e 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade de incluir no currículo a história e a cultura africana e afro-brasileira, demonstrando como preconiza a professora Nilma Lino Gomes que o movimento negro é educador. Entre os propósitos do Coletivo estão a ampliação de oportunidades para artistas negros moradores de Santa Catarina e a valorização da história e da cultura afro-brasileira, revelando memórias contra-hegemônicas que recontam e reencontram a história de Santa Catarina e do Brasil, a partir da perspectiva de um povo que existe, reexiste e resiste, ancorado num ideário de maior justiça epistemológica, que pode contribuir para a construção de uma educação escolar antirracista e decolonial.

Palavras-chaves: Coletivo Ação Zumbi; Teatro negro; Educação antirracista; Educação decolonial.

A história de existência, resistência e (re)existência do Coletivo Ação Zumbi

O Coletivo Ação Zumbi nasceu entre duas cidades interligadas por pontes. A ilha de Santa Catarina, que faz parte da cidade de Florianópolis, capital catarinense, e a cidade vizinha São José. Entre o lado de lá e o lado de cá da ponte vivem os integrantes deste coletivo, rompendo fronteiras geográficas, epistemológicas e artísticas, na pretensão de transgredir com o projeto hegemônico de invisibilidade da presença e atuação das populações negras na Grande Florianópolis.

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e professora de História da Prefeitura Municipal de São José-SC.



Por meio de expressões artísticas multidimensionais reivindicam visibilidade e oportunidades aos artistas e as memórias negras contra-hegemônicas, que as cidades mantinham silenciadas. Antes do grupo constituir-se, alguns integrantes se conheceram ao encenarem juntas em 2001, num espetáculo histórico para a região da Grande Florianópolis, o “Negros em Desterro”, com repercussão regional. Conforme rememora uma das criadoras do Coletivo, LeletteCoutto:

Quando a gente montou o Negros em Desterro, aquela batalha toda pra montar a produção, nós conseguimos avançar e o que eu busquei fazer, nós tínhamos ali um grupo de pessoas incríveis, que eu conheci a partir deste trabalho. [...] Não eram todos pretos, porque a história que contava, precisava de outras pessoas brancas na cena, mas era um espetáculo na sua grande maioria de pessoas pretas catarinenses.

Estivemos no maior teatro daqui na época que foi o CIC, tivemos também em outros municípios, estivemos em Itajaí, em Criciúma, em São José e um sucesso absurdo. Contando a história dos Negros em Florianópolis desde a época da saída obrigatória de África do processo de escravização dessas pessoas e chegando ao tempo atual, também com o mesmo processo do racismo fazendo parte da trajetória dessas pessoas. Então nós trouxemos esse espetáculo, que foi um sucesso, as pessoas querendo ver e participar com filas pra entrar, mas e a partir daí, o que acontece? Como é que ficou a cena catarinense?².

Em 2003, dois anos depois do “Negros em Desterro” três mulheres negras, LeletteCoutto, Margarete Vieira e Fernanda Souza, que atuavam no teatro, na dança, na música e na educação, criaram a Associação Cultural Ação Zumbi, da qual faz parte o Coletivo Ação Zumbi. Com a sua intervenção artística, o coletivo Ação Zumbi foi criando brechas, mostrando que a população negra também faz parte da história da região, entrelaçando a história do Ação Zumbi com a educação formal de São José, ao inserir possibilidades metodológicas outras, contribuindo assim para romper com a colonialidade dos currículos e práticas escolares, ainda presentes no século XXI.

No ano seguinte a criação do grupo, somou-se ao elenco Juçara de Assis, atual presidenta do Coletivo e os integrantes do grupo de samba Novos Bambas³ da Grande Florianópolis, os quais ela produz, além de ter vinculação familiar. Conforme seu relato:

²Canal do *youtube* LeletteCoutto - Mulher Negra na Cena Teatral Catarinense. Transmitido em 3 de abril de 2022. Acesso em: 10 abr. 2022.

³O grupo surgiu oficialmente no ano 2000 na comunidade do Morro da Caixa, na região continental de Florianópolis. O seu samba é resultado de uma herança musical muito forte na família, sendo a maioria dos componentes familiares do já falecido Capitão Amaro, um dos maiores capitães do Cacumbi de Santa



A vontade de fazer teatro e mostrar a cultura negra era uma coisa interna a necessidade de mostrar, mas a oportunidade surgiu numa apresentação de samba do grupo Novos Bambas na Universidade Federal de Santa Catarina, eu estava lá organizando e a Marga Vieira que era do Ação Zumbi, estava nos observando e quando ela pôde se aproximar, ela disse: vocês precisam se juntar a nós. Vocês podem ir numa reunião em São José?”. Aí me falando que iria ser muito interessante e a gente foi. Chegando lá na tal reunião, Lelette Coutto já me recebe e diz assim: “Esse texto daqui, podes ler pra mim?”. E foi assim. Houve então um casamento da musicalidade e ancestralidade, samba, Cacumbi, com o Coletivo Ação Zumbi e o teatro.⁴

Atualmente a associação é composta por mais de trinta membros, de maioria negra, com diferentes formações profissionais. Há quem seja da área do teatro, desde estudantes de graduação até mestres, além de dançarinas profissionais, cantores, professoras de educação física, pedagogas entre outras profissões. Fazem parte do elenco do Ação Zumbi: Adriano de Brito, Ágata Vicente, Allende, Alice Corrêa, Anderson de Brito Vicente, Brother, Caroline Gonzaga, Camirê Couto, Cleber Fiorio, Cleiton Medeiros, Daniel Medeiros, Diovanna Alves, Duh Romão, Edenice Fraga, Eloisa Gonzaga, Estevão JavelaLusseque, Fábio Marques, Fernanda Rosa, Giselle Corrêa, Gsé Silva, Joana Felício, Juçara de Assis, Lara Gradil, Laura Aranovich, Leandro Batz, Lelette Couto, Luan Renato Telles, Marcinho Gonzaga, Marco Lourenzo, Maria Silva, Manuuh Viana, Nane Gonzaga, Nathália Albino, Sandro Maquel, Sergio Nonato, Sandro Maquel e William Camargo.

As ações do grupo desde a sua criação até o presente momento, sempre assumiram um caráter pedagógico com suas reflexões, oferecendo uma educação para as relações étnico-raciais de maneira não formal, uma educação outra, tensionando o poder público a repensar suas políticas públicas educacionais e a incluir sujeitos até então excluídos ou pouco valorizados nas propostas curriculares.

Catarina. O Novos Bambas tem entre as suas características musicais a divulgação do samba autêntico, também conhecido como samba de raiz. Além disso, o grupo contava ainda com a graciosa participação das três pastoras, Caroline, Daniela e Eloísa, que dão um toque especial ao samba através de suas vozes harmoniosas e de perfeitamente afinadas. Atualmente Eloisa Gonzaga tem atuado mais na carreira solo e tem se dedicado aos seus estudos, sendo atualmente doutoranda de Música na UFBA. O grupo se preocupa ainda em participar de eventos culturais que exaltam a importância cultural do negro em Santa Catarina. (Informações coletadas no blog dos Novos Bambas: <https://novosbambasfloripa.blogspot.com>. Acesso em: 21 jul. 2022.

⁴Canal do youtube LeletteCoutto - Mulher Negra na Cena Teatral Catarinense. Transmitido em 3 de abril de 2022. Acesso em: 10 abr. 2022.



Por educação não formal, utilizo o conceito desenvolvido pela socióloga Maria da Glória Marcondes Gohn, que se refere aos processos pedagógicos voltados para formação em cidadania e emancipação social dos sujeitos; designando também “um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagens e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais” (Maria da Glória GOHN, 2010, p. 33).

O sentido de educação não formal adotado nesta pesquisa considera ainda que se trata daquela educação que não possui caráter obrigatório e não tem a mesma lógica de tempo que a educação formal, no entanto trabalha com propostas e intencionalidades, desempenhando uma função social agregadora comunitária, portanto cidadã.

Segundo Maria da Glória podemos considerar como atributos da educação não formal o fato de a mesma não ser organizada por séries, idades, conteúdos; de atuar sobre aspectos subjetivos do grupo; de trabalhar e formar a cultura política de um grupo; de desenvolver laços de pertencimento e ajudar na construção da identidade coletiva do grupo. O Coletivo Ação Zumbi enquanto entidade classificada neste estudo como promotora de uma educação não formal, “ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (Nilma Lino GOMES, 2012, p. 735). As práticas coletivas dos movimentos sociais e artísticos negros, a exemplo do Ação Zumbi, assumem práticas e dinâmicas transgressoras e criativas, deixando como legado aprendizagens dissonantes que nos orientam a considerar pedagogias decoloniais⁵ e perspectivas de insurgência comunitária (Claudia MIRANDA; Helena ARAÚJO, 2019).

Incentivado também pela lei 10.639/03 que tornou obrigatória a história e a cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares em todos os níveis educacionais, o Coletivo teve sua primeira atuação com a organização de uma grande feira, chamada “Kizomba Ação Zumbi” realizada no Centro Histórico de São José, que contou com a exibição do filme “A negação do Brasil” e a presença do cineasta Joel Zito, além de apresentações musicais,

⁵Essa pedagogia se opera além dos sistemas educativos (escolas e universidades), ela convoca os conhecimentos subordinados pela colonialidade do poder e do saber, dialoga com as experiências críticas e políticas que se conectam com as ações transformadoras dos movimentos sociais, é enraizada nas lutas e práxis de povos colonizados e, é pensada com e a partir das condições dos colonizados pela modernidade ocidental. Assim, o pedagógico e o decolonial se constituem enquanto projeto político a serem construídos nas escolas, nas universidades, nos movimentos sociais, nas comunidades negras e indígenas, nas ruas, etc. (WALSH, 2018, p. 5).

teatrais e manifestações afro-culturais; recebendo também a colaboração de professoras e estudantes das escolas municipais de São José, que foram convidadas a realizarem uma exposição dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula, que promovessem a valorização da cultura afro-brasileira, africana e o enfrentamento ao racismo.

Essa ação, realizada em 2003 e 2004, teve uma importância histórica relevante por ter sido a primeira iniciativa a promover a educação para as relações étnico-raciais nas escolas municipais da cidade de São José no século XXI, apesar de não ter sido uma iniciativa governamental, mas contar com o apoio da Fundação Municipal de Esporte de São José.

A colonialidade reafirmada pelo poder público, tem buscado apagar da memória dos moradores josefenses e florianopolitanos, histórias outras. E entre essas histórias, estão as múltiplas memórias da dança do Cacumbi do Pedro Leite⁶, do Capitão Amaro, a Banda Quebra Quilos formada exclusivamente por músicos negros, os terreiros de matrizes africanas que reafirmam a presença ancestral de origem africana, os antigos clubes negros, a capoeira, os blocos de carnaval nas periferias da cidade, o clube abolicionista, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, os quilombos, entre outras memórias contra-hegemônicas invisibilizadas (Janaína A. da SILVA, 2011).

Ao longo desses quase vinte anos, a associação Cultural Ação Zumbi, oficialmente registrada em 2005, vem desenvolvendo projetos nas áreas de teatro, cinema, dança, vídeo, entre outras, que incluem a montagem de espetáculos, oficinas e organização de eventos, buscando também valorizar e incentivar a formação de artistas negros. Um dos propósitos do Coletivo é fomentar iniciativas que contribuam para o fortalecimento e a visibilidade artística da cultura afro-brasileira, trazendo à tona memórias pouco valorizadas, quase esquecidas da presença negra na Grande Florianópolis. Suas ações além de buscarem a inclusão social, revelando talentos trazidos de comunidades periféricas, tem um caráter pedagógico, transgressor, de contar o que a história não costuma contar, de educar pela arte, provocando a reflexão crítica sobre a história brasileira, expondo as feridas ainda abertas da escravidão e do racismo.

Os espetáculos apresentados pelo coletivo Ação Zumbi revelam memórias de personagens históricos afro-catarinenses ou fragmentos do cotidiano e da cultura da população afrodescendente. Nesses fios de memórias trançados com arte, vão se fortalecendo

⁶Sobre o Pedro Leite e o Cacumbi em São José, publiquei um artigo em coautoria: SILVA, Janaína Amorim da, SANTANA, Giovanna, PAIM, Elison Antonio. Capitão Pedro Leite: Um sujeito em transição. Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, p. 190-202, 2021.



identidades, vão sendo construídos vínculos de pertencimentos com a cidade e a humanidade tem a chance de ser reconstituída, num território tão hostil às populações racializadas, como é o território catarinense. Como nos diz o grande líder indígena Ailton Krenak, “Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos” (KRENAK, 2019, p. 10).

No ano de 2004, o coletivo apresentou seu primeiro espetáculo “Reencontrando a História” com esse título sugestivo, propôs-se a repensar o 13 de maio representando a luta de um movimento que contou com a participação dos escravizados e libertos negros e negras, os quais atuaram como sujeitos ativos deste processo histórico que culminou com a assinatura da Lei Áurea. Esse espetáculo, performance com dança e música, teve como local de apresentação a Casa de Cultura Estácio de Sá no Centro Histórico de São José. Contar suas próprias histórias, essa tem sido uma das tarefas dos ‘outros’ inventados a partir dos discursos coloniais.

O direito de memória e a necessidade de reescrever a história contada a partir da sua própria perspectiva e a do grupo, na qual você faz parte. A memória coletiva é, assim, “filosofia e aprendizagem dos mais velhos – como prática decolonial para recuperar, fortalecer, reposicionar e reconstruir a existência como direito ancestral” (Catherine WALSH; SALAZAR, 2015, p. 82).

O espetáculo foi escrito coletivamente com a contribuição de Waldir Onofre, pai de Lelette Couto e um dos primeiros cineastas negros brasileiros. Onofre também fez parte do espetáculo interpretando o Akpalô, um contador de histórias de tradição nagô, que conduzia o público por meio de “causos”, proporcionando aos espectadores uma reflexão sobre a trajetória do povo negro, desde o período anterior a escravidão até o pós-abolição. As composições musicais foram do professor de linguística Emílio Pagotto, que na época era professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que se aproximou do Ação Zumbi a partir da mediação do músico e integrante do Coletivo Brother.

O espetáculo promovia conexões históricas entre corpo, tradições orais e narrativas intertextuais, herdeiras de matrizes orais africanas. Nesse movimento de rememoração como construção do passado, a partir do olhar do presente, como conceitua o historiador Alison Paim (2015), buscamos nossas impressões mais remotas sobre o vivido por nós ou por aqueles que nos antecederam. Esse processo é sempre acionado por dimensões conscientes e

inconscientes, despertadas no presente de quem rememora, de forma que "ao dialogar com as lembranças dos sujeitos [...], buscamos suas reconstruções do passado. Reconstruções desencadeadas por experiências que nos tocam no presente" (PAIM, 2020, p. 29).

Ainda em 2004 houve outro espetáculo escrito por Emílio Pagotto, que foi o "Era uma vez no outro lado de cá da ponte", contando com a participação especial do ator Sérgio Menezes e Maria Ceixa, além do rapper e repórter Edsoul. O musical narrava em versos e prosas, a vida cotidiana de uma comunidade negra no Brasil. Ambientado numa fazenda que produzia farinha de mandioca onde vivia uma comunidade, a narrativa traçava paralelos entre o passado e suas consequências no presente.

O panfleto de divulgação do espetáculo fazia referência a lei 10.639/03 e assinalava o propósito do grupo de "contribuir para preencher uma lacuna da formação educacional" registrando que "o diferencial da proposta que é retratar a história do ponto de vista do próprio negro". O espetáculo teve sua estreia no Teatro Álvaro de Carvalho em Florianópolis e depois de alguns dias, foi também para o outro lado de lá da ponte, em São José, além de outras cidades catarinenses.

A reafirmação do grupo ao longo de sua história, do propósito educativo de sua atuação artística, levando ao palco memórias que não tinham escuta, permite que possamos considerar essa outra forma de educar como uma prática de resistência contra-hegemônicas, que confronta modelos de subalternização epistêmica, com estratégias educadoras que se definem como emancipatórias. Como contribuem Walsh e Salazar, "cartografias decoloniais provocam mudanças de status de narrativas e de protagonistas historicamente representados como fora do lugar, portanto de subjetividades desautorizadas" (Catherine WALSH; SALAZAR, 2015, p. 97).

No ano de 2005 o Coletivo Ação Zumbi realizou no extinto Centro Cultural Casa da Negra em Florianópolis, uma exposição de arte com encenações, música, dança, poesia e artesanato. Essa ação tinha como público principal as mulheres negras, abrindo espaço para que elas pudessem divulgar suas produções artísticas e ao mesmo tempo proporcionar trocas de experiências e aprendizagens com o oferecimento de oficinas (Youtube Ação Zumbi. Depoimento da presidenta do Coletivo Ação Zumbi, 20/11/2020).

Em 2006 nasceu o espetáculo Ludo Real, de autoria de Emílio Pagotto, que contava a trajetória dos açorianos vindos à Grande Florianópolis e que depois partiram para fundar a cidade de San Carlo, no Uruguai. Esse espetáculo foi encomendado e patrocinado pela

Prefeitura Municipal de São José em virtude da comemoração dos 250 anos da migração açoriana para São José e contou com a participação das professoras da rede pública municipal de São José como atrizes, além de atores de prestígio nacional como Sérgio Menezes que interpretava o rei português. A estreia deste espetáculo inaugurou o teatro da Arena do Centro de Eventos Multiuso de São José. Posteriormente o espetáculo circulou também no Uruguai.

Ficando alguns anos sem atuação coletiva, o Ação Zumbi retoma suas atividades cênicas em 2018 com um novo texto de Emílio Pagotto, que fala sobre o amor, a ancestralidade e a mulher negra que vive muito só, que sofre por amor, entremeadado com muitos simbolismos e poesia, que valoriza a musicalidade de origem africana, dando origem ao espetáculo, “Amor Negro Amor”.

Esse espetáculo que começou a ser preparado em 2019, tem como foco os desafios de existência, resistência e(re)existência da mulher negra brasileira, da mulher da diáspora, em diferentes espaços, tempos históricos e histórias de amores. Sua dor, sua luta, seus sonhos, amores e esperança por tempos melhores. Nas palavras de Lelette Coutto:

É a história de uma mulher ao mesmo tempo de muitas mulheres, que passam por diversas situações de amor: Amor pelos filhos, pelo companheiro de luta, mas que está sempre buscando esse lugar de amar e ser amada, só que ela não encontra esse lugar de conforto. Esse lugar de conforto pra ela não existe, tá sempre na luta, colocando as suas necessidades, passa por muita coisa pelos filhos, marido, por tudo, mas ela tá sempre sozinha, sempre no vazio⁷.

O roteiro da história traz questões importantes da vida da população negra, em especial da mulher negra, para serem refletidas contemporaneamente, atreladas com questões antigas e mal resolvidas na história do Brasil, como a diáspora negra, a escravidão e a abolição inconclusa.

No significativo dia 20 de novembro de 2021 o espetáculo teve uma pré-estreia, no Teatro Municipal de São José Adolpho Mello, na noite de sua reinauguração após processo reforma.

Situado na região do Centro da cidade é o teatro mais antigo do Estado de Santa Catarina com sede própria, uma construção que compõe o conjunto de bens preservados como patrimônio histórico da cidade, ambiente que por muito tempo foi elitizado, carregando desde

⁷Canal do youtube Lelette Coutto - Mulher Negra na Cena Teatral Catarinense. Transmitido em 3 de abril de 2022. Acesso em: 10 abr. 2022.

sempre, o sobrenome de uma família tradicional escravagista, de marcada presença na política e na cultura local.

Na oportunidade, no final do espetáculo, o ator e assistente de direção Adriano de Brito ressaltou “a importância de corpos pretos ocuparem o espaço do Museu Adolpho Mello, um símbolo da cultura joesfense, fazendo arte e lutando pelo povo preto. Isso aqui também é nosso, a gente faz parte dessa história aqui também”. A declaração do ator expressa a dor de quem viveu a violência da segregação territorial dentro da própria cidade em quemora.

Além das performances multidimensionais apresentadas no decorrer desses vinte anos de existência do grupo, o Coletivo promove oficinas de teatro, vídeo e cinema e dança, além de ações sociais em prol de comunidades socialmente mais vulneráveis, muitas vezes em parcerias com outras instituições em Florianópolis.

O último espetáculo do Coletivo “Amor Negro Amor”, estreou nos dias 03, 04 e 05 de setembro de 2022 para convidados, no Teatro Adolpho Mello em São José, contando com o apoio da Fundação Municipal de Cultura de São José, porém sem o recebimento de financiamentos.

No início de 2023 em virtude dos vinte anos do Coletivo, houve uma primeira ação comemorativa, com uma apresentação de cunho social, a partir de fragmentos do espetáculo “Amor Negro Amor” com destaque especial para as canções, danças e poesias, realizada no dia 21 de janeiro no quilombo remanescente de Florianópolis - Vidal Martins, localizado no bairro Rio Vermelho⁸.

Na capital Florianópolis, o espetáculo estreou em março de 2023 no Teatro Álvaro de Carvalho, fazendo parte da programação oficial do governo municipal de aniversário da cidade, através do evento Maratona Cultural. A procura do público pelo espetáculo superou as expectativas. Com o teatro lotado e o amor em cena, o Coletivo emocionou a plateia, superando as limitações técnicas estruturais oferecidas pelo projeto.

No diálogo com a perspectiva Decolonial, ao analisar a trajetória histórica que o coletivo Ação Zumbi vem construindo entre as cidades de Florianópolis e São José, podemos pensar no conceito denominado de “diferença colonial”, ao refletir sobre a atuação do coletivo

⁸O Quilombo Vidal Martins é uma comunidade remanescente de quilombo formada pelos descendentes de Vidal Martins, uma pessoa escravizada nascida no ano 1845 no bairro do Rio Vermelho em Florianópolis. Em seu processo de reconhecimento e titulação do território, a comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 25 de outubro de 2013, porém apenas em 21 de julho de 2022 o INCRA publicou a portaria número 1511 que reconhece e declara a área de 961,2893 hectares como pertencente a comunidade. Após esses procedimentos restam ainda as fases de demarcação e delimitação física da área e finalmente, a titulação.



enquanto guardiões de valores e práticas culturais, potencializando processos de decolonialidade de seres, saberes e poderes. Conforme Mignolo, a “diferença colonial cria condições para situações dialógicas nas quais se encena, do ponto de vista do até então subalterno, uma enunciação fraturada, como reação ao discurso e à perspectiva hegemônica” (MIGNOLO, 2003, p. 110).

Educando por meio do texto narrado, cantado, dos batuques dos tambores, das expressões corporais, do figurino, das imagens, da poesia, da luz e da sombra; o coletivo Ação Zumbi vem promovendo letramentos de re-existência que se impõem desestabilizando, emocionando e educando o público com suas múltiplas dimensões, dando o seu recado não apenas de resistência, mas de re-existência.

Todos os saberes praticados pelos movimentos negros, inclusos nos saberes identitários, políticos ou estéticos-corpóreos, conforme contribuição da professora Nilma Lino Gomes, promovem tanto um letramento racial, como um letramento de re-existência, como prefere conceituar a professora Ana Lucia Silva Souza. Entre esses dois conceitos: letramento racial e de re-existência, adoto na minha pesquisa uma diferenciação, de forma que o segundo conceito, estaria contemplado parcialmente no primeiro.

Nessa diferenciação, considero que o letramento racial pode ser promovido e aprendido por qualquer sujeito independente do seu pertencimento étnico-racial. Sendo este, compreendido de acordo com a reflexão da antropóloga afro-norte-americana Twine sobre o tema, que foi traduzido por Lia Vainer Schucman da seguinte forma:

O letramento racial é um conjunto de práticas que pode ser entendido como uma ‘prática de leitura’, uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social. Esse processo ‘pedagógico’ inclui: 1) reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; 2) a definição do racismo como um problema social atual; 3) o entendimento de que as identidades raciais são aprendidas como resultado de práticas sociais. E ainda: 4) a posse de uma gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; 5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de uma determinada sociedade e; 6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade (Lia V. SCHUCMAN, 2018, p. 131).

Considero, portanto, que toda experiência, vinda a partir de práticas e leituras, capazes de fazer o sujeito repensar e reeducar o modo como concebe e se inclui nas relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade em que está inserido, de modo a desconstruir os



padrões de relações hierarquizantes e discriminatórias, que foram naturalizadas e impedem a equidade das relações, pode ser considerada como letramento racial. Esse processo, como foi dito acima, é desencadeado individualmente, porém depende das interações coletivas que podem ser acionadas e promovidas pelo Estado, escola, família, centros religiosos, movimentos sociais ou outros grupos sociais.

O letramento de re-existência seria o letramento racial experienciado por sujeitos racializados, incorporando linguagens não escritas como forma de superação e resistência diante das adversidades e desafios impostos por uma sociedade racista. Conforme análise da professora Ana Lucia SOUZA (2009, p. 32):

[...] letramentos de resistência e reexistência, vem sendo experimentado há séculos pelo segmento da população negra no Brasil. Dessa maneira, as práticas analisadas foram se configurando como de reexistência, uma vez que implicam assumir e sustentar novos papéis sociais e funções nas comunidades de pertença e naquelas em que estão em contato. Tal perspectiva contribui para pensar em alterações necessárias e pode instaurar mudanças em processos mais amplos, em variadas esferas sociais.[...] Os letramentos, que caracterizo como de reexistência, mostram-se singulares pois, ao capturar a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discursos já cristalizados em que as práticas validadas sociais de uso da língua são apenas as ensinadas e aprendidas na escola formal.

As performances artísticas negras, nas quais o corpo e a língua se juntam, para sustentar práticas de letramentos situadas e marcadas pela resistência e pela subversão, são modos de produzir letramentos de re-existência. Seja através do *rap*, como na experiência de pesquisa da professora Ana Lucia, ou nas performances multidimensionais do Ação Zumbi, os letramentos de re-existência estão atuando, seja em suas comunidades, onde tudo começa, nos espaços da rua, na escola ou no teatro, como expressão de uma coletividade, que tematiza o cotidiano, com posicionamentos políticos, sociais e culturais que denunciam, reivindicam, empoderam em favor da educação, ainda que não formal.

Docentes e escolas comprometidas com a construção de uma educação antirracista estarão abertas ao diálogo e a aprendizagem a partir de linguagens não hegemônicas, da incorporação dos saberes não escolarizados da comunidade e dos movimentos sociais ao currículo, permitindo assim que se promova o letramento racial e o letramento re-existência, reinventando os usos da linguagem e modos de re-existir, onde a coexistência com vários sistemas mundo seja possível.



Referências

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIRANDA, Claudia; ARAUJO, Helena M. M. Memórias Contra-hegemônicas e Educação para as Relações Étnico-Raciais: práticas coloniais em contextos periféricos. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, v. 37, n. 2, p. 378-397, 2019.

PAIM, Elison. No Entrecruzar dos fios nasce uma trama de histórias, memórias, patrimônios e identidades. In: **Entrecruzando saberes: Histórias, memórias, patrimônios e identidades**. PAIM, Elison A.; GUIMARÃES, Maria de Fátima. (Org.). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, Janaina Amorim. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes de São José no pós-abolição**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

WALSH Catherine; SALAZAR, Juan García. Memoria colectiva, escritura y Estado. Prácticas pedagógicas de existencia afroecuatoriana. **Cuadernos de literatura**, v. 19, n. 38, p. 79-98, 2015.

WALSH, C.; OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 83, p. 1-16, 2018.